

Fórum Intersetorial e Intergovernamental de Condicionalidades do PBF

Memória de Reunião

Data: 18 de agosto de 2009

Participantes:

Lucia Modesto	Senarc/MDS	Lucia.modesto@mds.gov.br
Rosilene Rocha	SNAS/MDS	Rosilene.rocha@mds.gov.br
André Lazaro	Secad/MEC	Andrelazaro@mec.gov.br
Alberto Beltrame	SAS/MS	
Raquel Benedeti	SAM/CC	Raquel.benedeti@planalto.gov.br
Isabel Costa	SAM/CC	Isabel.costa@planalto.gov.br
Tania Garibe	Fonseas	
Denise Reinhart	Conasems	
Nilo Bretas Junior	Conasems	
Eliana Dourado	Conass	
Nilse Costa	Consed	
Carlos Eduardo Sanches	Undime	
Camile Mesquita	Senarc/MDS	Camile.mesquita@mds.gov.br
Claudia Baddini Currelero	Senarc/MDS	Claudia.currelero@mds.gov.br
Tereza Cotta	Senarc/MDS	Tereza.cotta@mds.gov.br
Ana Beatriz Vasconcellos	MS	Ana.vasconcellos@saude.gov.br
Claunara Mendonça	MS	claunara@saude.gov.br
Toni Klaus Bochat	MS	
Marcos Maia	MEC	Marcosantunes@mec.gov.br
Mary Guirado	SNAS/MDS	

Pontos Abordados:

- Condicionalidades do PBF

- Reafirmação do acompanhamento das condicionalidades como garantia de direitos, promoção do acesso aos serviços de educação e saúde e instrumento de identificação de vulnerabilidades das famílias.
- Atuação intersetorial necessária para que essa estratégia de combate à pobreza seja efetiva.
- O papel das condicionalidades para as políticas de Educação e Saúde
 - busca ativa dos alunos com baixa frequência

- combate à evasão e ao abandono escolar
- promoção da participação dos pais na vida escolar dos filhos
- combate à desnutrição e à mortalidade infantil
- promoção da saúde da mulher e combate à mortalidade materna
- diagnóstico do desenvolvimento infantil

- Intersetorialidade

- Os esforços para a intersetorialidade no Governo Federal devem ser reforçados e ter maior visibilidade.
- A atuação do Governo Federal é indutora de modelos nos estados e municípios.
- O envolvimento e determinação dos prefeitos é aspecto chave para a concretização da intersetorialidade nos municípios.
- Necessidade da construção de ferramentas e fluxos adequados para a efetivação da intersetorialidade. O IGD é atualmente o principal instrumento de gestão intersetorial existente, devendo esse papel ser reforçado.

- Acompanhamento Familiar Intersetorial,

- Responsabilidades específicas e atuação integrada da Assistência Social, Saúde e Educação sobre a situação identificada para o não cumprimento das condicionalidades.
- A interdependência entre as áreas e necessidade de trabalho intersetorial.
- O desafio em relação às famílias para integração de ofertas nas três áreas e trabalho para diagnóstico e superação das vulnerabilidades.
- O Protocolo de Gestão Integrada de Benefícios e Serviços no SUAS prioriza as famílias com benefícios (PBF e BPC) para a inserção nas atividades sociassistenciais.

- Papel do Fórum

- Espaço de pactuação para a garantia de direitos sociais das famílias. O Fórum deve ajudar a construir diálogo com estados e municípios. Acordo sobre as premissas de uma atuação intersetorial.

- Acompanhamento da saúde:

- Evolução dos resultados da saúde e coincidência entre o mapa de cobertura das condicionalidades e o de cobertura do PSF.
- As parcerias com CONASS e CONASEMS e estratégias para melhorias nos

resultados do acompanhamento da saúde.

- A construção de uma agenda com os três secretários, das três áreas e esferas governamentais.
- Articulação com a Secretaria de Assuntos Federativos – SAF - CC

Encaminhamentos:

- Seminários 16 e 17/09, com a participação dos Ministros do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, da Educação, e da Saúde. A programação deverá incorporar aspectos técnicos e políticos.
 - Após a abertura do Seminário, acontecerá em paralelo a Reunião ampliada do Fórum, com a participação das diretorias das entidades que representam as três áreas em cada esfera de governo
 - O convite às entidades será feito pelos Ministérios
- O MDS incorporará a proposta de planejamento intersetorial na regulamentação dos recursos do IGD.
- As entidades estaduais buscarão incentivar a constituição de Fóruns com a mesma constituição e objetivos do Fórum nacional nos seus territórios.
- Utilizar as informações coletadas por meio do acompanhamento das condicionalidades como instrumento de organização do trabalho intersetorial: MDS, MEC e MS detalharão quais informações e as formas de utilização possíveis para construir processos integrados nas esferas de governo.
- Boas práticas: Incentivar o uso do Observatório do PBF e disseminar as experiências existentes. O FONSEAS auxiliará a mapear as experiências estaduais.